

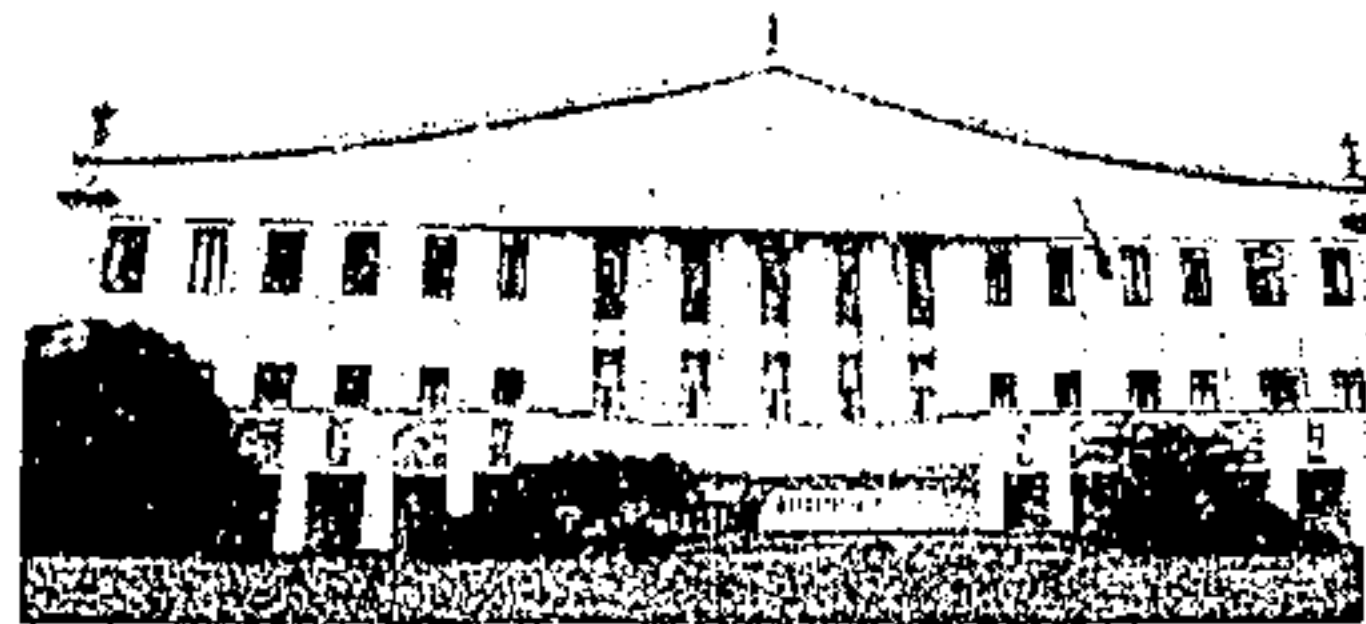


Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 105 • Número 244 • São Paulo • Sexta-Feira, 22 de Dezembro de 1995



PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR MÁRIO COVAS

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-000 - Fone: 845-3344

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 804, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Institui Prêmio de Incentivo à Qualidade para os servidores integrantes das classes que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º — Fica instituído Prêmio de Incentivo à Qualidade — PIQ, a ser concedido, em caráter temporário, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, aos servidores pertencentes às classes indicadas no Anexo desta lei complementar, em exercício nas unidades da Secretaria da Fazenda.

Artigo 2º — Para efeito de atribuição do Prêmio, as classes a que se refere o artigo 1º ficam distribuídas em 4 (quatro) grupos, na forma do Anexo desta lei complementar.

Parágrafo único — Os grupos de que trata este artigo são formados por classes cujo grau de escolaridade, de especialização, de responsabilidade e cujo nível de complexidade de atribuições são comparáveis e homogêneos.

Artigo 3º — O Prêmio será calculado mediante a aplicação de percentuais sobre o valor correspondente a 2 (duas) vezes a referência 26 da Escala de Vencimentos — Comissão a que se refere a Lei Complementar nº 712, de 12 de abril de 1993, acrescido do valor da Gratificação Especial instituída pela Lei nº 7795, de 8 de abril de 1992, observada a jornada de trabalho do servidor, na seguinte conformidade:

- I — Grupo I: até 14%;
- II — Grupo II: até 19%;
- III — Grupo III: até 41,50%;
- IV — Grupo IV: até 51,50%.

Artigo 4º — O Prêmio será atribuído com base na avaliação do resultado das atividades do servidor, levando-se em conta os seguintes objetivos:

- I — resolatividade da assistência ao contribuinte;
- II — racionalidade dos serviços internos;
- III — agilidade no controle interno; e
- IV — crescente melhoria dos serviços prestados ao usuário.

Parágrafo único — Será realizado, trimestralmente, pelo superior imediato do servidor, um processo avaliatório específico, de acordo com normas e critérios a serem estabelecidos em decreto, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei complementar, mediante proposta da Secretaria da Fazenda, ouvida a Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público.

Artigo 5º — Os servidores abrangidos por esta lei complementar somente manterão o direito ao Prêmio nas hipóteses previstas no artigo 32 da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992.

Artigo 6º — O Prêmio será computado no cálculo da retribuição global mensal, para efeito do disposto no artigo 17 da lei nº 6.995, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores.

Artigo 7º — O Prêmio não será computado no cálculo:

I — do décimo terceiro salário a que se refere a Lei Complementar nº 644, de 26 de dezembro de 1989;

II — das vantagens previstas no artigo 129 da Constituição do Estado.

Artigo 8º — Sobre o valor do Prêmio de que trata esta lei complementar incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica.

Artigo 9º — O Prêmio será extensivo aos inativos, na forma a ser regulamentada pelo decreto a que se refere o parágrafo único do artigo 4º desta lei complementar.

Artigo 10 — As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com recursos, na seguinte conformidade:

I — para o período de setembro a dezembro de 1995, em valor equivalente, do montante a que se refere o item 2 do § 3º do artigo 7º da Lei Complementar nº 567, de 20 de julho de 1988, alterado pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 779, de 23 de dezembro de 1994, e o eventual saldo remanescente terá a destinação nele mencionada;

SEÇÃO I

Esta edição, de 44 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

Casa Civil	3	Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	—
Governo e Gestão Estratégica	3	Esportes e Turismo	—
Economia e Planejamento	3	Habitação	—
Justiça e Defesa da Cidadania	3	Meio Ambiente	16
Criança, Família e Bem-Estar Social	5	Procuradoria Geral do Estado	17
Emprego e Relações do Trabalho	—	Transportes Metropolitanos	—
Segurança Pública	5	Recursos Hídricos, Saneamento e Obras	18
Administração Penitenciária	6	Universidade de São Paulo	18
Fazenda	6	Universidade Estadual de Campinas	18
Agricultura e Abastecimento	7	Universidade Estadual Paulista	18
Educação	7	Ministério Público	19
Saúde	11	Editais	22
Energia	—	Concursos	28
Transportes	16	Diário dos Municípios	38
Administração e Modernização do Serviço Público	16	Partidos Políticos	—
Cultura	—	Ministérios e Órgãos Federais	44

MENSAGEM DO GOVERNADOR AOS FUNCIONÁRIOS

Fim de ano é sempre época de reflexão. Cada um de nós, ainda que inconscientemente, procura fazer um balanço do ano que está terminando, alegrando-se com os acertos e procurando encontrar, nos possíveis enganos, lições para o ano que vai começar.

Esta minha mensagem a você, funcionário público, pretende ser uma mensagem de confiança e de otimismo. Mas também acho que você quer saber um pouco do que está sendo feito no seu Estado. Até mesmo porque, com certeza, deve ter ouvido muitas vezes aquela pergunta provocativa: "Final quando é que o Covas vai começar a governar?"

Quando você recebe uma missão, o primeiro passo é botar ordem na casa. Quem trabalha em escritório, arruma a mesa, ajeita a papelada, separa o que vai precisar. Quem trabalha numa oficina, arruma as ferramentas, põe ordem na bancada, limpa o chão. No governo não é diferente.

Quando, no primeiro dia de janeiro deste ano, assumimos o governo de São Paulo, tínhamos um programa de trabalho cuidadosamente elaborado. Para nos ajudar a elaborá-lo, foram convidados especialistas de várias áreas. Gente que tinha em comum a vontade de trabalhar pelo seu Estado, de consertar o que havia de errado e de dar um novo rumo ao governo, uma nova cara. A cara do seu povo, honesto, trabalhador, acostumado a construir com competência e com vontade de vencer. Sabíamos que o desafio era muito grande. Na realidade, era enorme.

Para começar, o governo tinha em caixa apenas R\$ 36 milhões. Só para a folha do funcionalismo, precisávamos de R\$ 700 milhões. As contas vencidas chegavam a R\$ 4,2 bilhões.

Os contratos de prestação de serviços eram superdimensionados e, freqüentemente, lesivos ao Estado. Quase a metade foi cancelada e os demais foram renegociados. A economia foi de R\$ 360 milhões.

Uma das primeiras providências que tomamos foi cancelar todas as contratações de pessoal pelo Banaser. Você, que é funcionário de carreira do Estado, sabe bem o quanto esses contratos eram injustos. Para realizar o mesmo trabalho, o contratado do Banaser ganhava muito mais do que você, o que é inaceitável.

Renegociações de contrato, cortes de despesas inúteis, melhor emprego de recursos e uma administração séria produziram grandes economias em todas as áreas. Na CESP, chegaram a R\$ 845 milhões; na Eletropaulo, a R\$ 658 milhões.

Na outra ponta, tratamos de melhorar a arrecadação do Estado. Em janeiro, o total de impostos atrasados chegava a R\$ 5 bilhões. Iniciamos a cobrança imediata dessa dívida e tratamos de agilizar a fiscalização e a arrecadação. Só a receita do IPVA aumentou 127%. A arrecadação global do Estado aumentou 35% nos primeiros 11 meses do ano. A Nossa Caixa, graças a um trabalho sério, é uma das 10 mais sólidas instituições financeiras do País.

Outro desafio foi conseguir recursos para investimentos. Você sabe que quando a gente precisa comprar muitas coisas, pagar uma quantidade enorme de contas e ainda quer investir, o jeito é associar-se. Fazer parcerias. É exatamente isso que nós estamos fazendo em São Paulo. Primeiro, vamos sair de atividades que não devem ser nossas. É o caso dos oito hotéis e dez balneários que estamos pondo à venda. Já iniciamos também um processo de parceria com a iniciativa privada. Na área dos transportes, por exemplo, vamos abrir licitações para a construção e recuperação de 5 mil quilômetros de estradas. A primeira destas licitações, já aberta e com participação de 14 empresas, será para o complexo Anhangüera-Bandeirantes e permitirá a ampliação, recuperação e melhoria dessas estradas, sem ônus para o governo.

Parcerias também serão feitas em outras áreas, como o Metrô, que terá suas obras de ampliação retomadas sem que o Estado precise fazer novos investimentos.

Soluções como essas permitem que o Estado melhore a qualidade de seus serviços, reservando recursos para investimentos na área social.

É desse jeito, exatamente como prometemos, que nós vamos continuar trabalhando: reorganizando, combatendo desperdícios, economizando tudo aquilo que era mal gasto para, ao mesmo tempo, fazer o governo funcionar melhor e atender melhor o povo de São Paulo.

Este foi um ano difícil. O Estado estava falido e, aos poucos, estamos conseguindo colocá-lo de pé. Ainda há muito por fazer.

Essa é uma tarefa de todos nós. O papel que você desempenha nesse trabalho é fundamental. O seu empenho, a sua dedicação, o seu entusiasmo são indispensáveis. Porque para o público que vai procurar o guichê de uma repartição, para o cidadão que precisa tirar um documento, para o doente que precisa de assistência médica, para o aluno que frequenta uma escola, você é o governo. De nada vale investir bilhões se você, funcionário de São Paulo, não estiver disposto a dar ao seu trabalho a importância que ele tem.

O governador de São Paulo reconhece que os salários dos funcionários em geral ainda estão muito baixos. Estamos trabalhando para que não apenas os salários melhorem, mas para que você tenha melhores condições de trabalho, treinamento, atualização. Enfim, para que você tenha orgulho de ser funcionário público de São Paulo.

Há muitas empresas chegando ao nosso Estado. Aproximadamente 7 bilhões de dólares de investimentos nos próximos anos estão garantidos. Demora um pouco para isso produzir, mas esse investimento vai se transformar em empregos para os paulistas, em aumento de produção e em progresso.

Você viu as providências que foram e estão sendo tomadas com a reorganização do Estado, das contas públicas, de ações como o combate ao desperdício. Isto tudo anima, dá a certeza que 1996 será melhor que 1995. Estou certo de que vamos conseguir fazer mais no ano que vem. É ainda mais no próximo. São Paulo está no rumo certo. E com todos nós trabalhando na mesma direção, o nosso Estado vai ficar cada vez melhor.

MÁRIO COVAS